



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Aos Administradores e acionistas da
COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DA BAHIA –
PRODEB**

Salvador-Bahia

Examinamos as demonstrações financeiras da **COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DA BAHIA – PRODEB**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.



Base para opinião com ressalvas

Ativo imobilizado / intangível

Os controles individualizados mantidos sobre os bens do ativo imobilizado e intangível estão desatualizados e não foram conciliados com os registros contábeis. Ademais, a Companhia não avaliou a recuperabilidade dos referidos bens, nem realizou revisão detalhada da vida útil, nos termos requeridos pelos Pronunciamentos Técnicos PME e ICPC 10 – Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. A atualização e conciliação dos controles individualizados, a avaliação de recuperabilidade e a revisão da vida útil dos bens, poderão gerar ajustes nas demonstrações financeiras.

Contingências

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 14, a Companhia possui demandas judiciais associadas a diversos processos tributários, trabalhistas e cíveis para os quais vem apresentando defesas e recursos judiciais cabíveis. Contudo, muitos destes, particularmente os mais relevantes, ainda não apresentam uma definição clara quanto aos seus desfechos. Por esta razão, ficamos impossibilitados de concluir satisfatoriamente sobre a adequação do saldo da provisão para contingências no montante de R\$ 3.709.477. Ademais, até a data de conclusão dos nossos trabalhos, a Secretaria da Receita Federal do Brasil não havia homologado os débitos tributários incluídos no REFIS. Consequentemente, ficamos também, impossibilitados de concluir sobre a adequação dos saldos dos tributos a recolher e a recuperar na data base de 31 de dezembro de 2015. A definição dos processos tributários, trabalhistas e cíveis, bem como a homologação do REFIS por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil, poderão gerar ajustes nas demonstrações financeiras.

Opinião

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos mencionados nos parágrafos “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DA BAHIA – PRODEB**, em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000).



Ênfase

Continuidade

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia apresentou nos dois últimos exercícios significativos prejuízos operacionais e acentuada insuficiência de capital de giro. Para reverter esta situação, a Administração vem buscando alternativas para incrementar suas receitas e reduzir seus custos. As demonstrações financeiras do exercício de 2015 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis à entidade operando em regime normal.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram por nós auditadas, sobre as quais emitimos relatório, datado de 27 de fevereiro de 2015, contendo ressalvas relacionados com: a) deficiências dos controles internos sobre o ativo imobilizado, b) incertezas sobre os valores provisionados para fazer face a possíveis contingências trabalhistas, cíveis e tributárias, c) deficiência nos controles e ausência de informações dos assessores jurídicos acerca dos depósitos judiciais, d) inconsistências na provisão de férias e, parágrafo de ênfase relacionado com a existência de saldos representativos de contas a receber vencidos há mais de um ano, sem respectivo registro de possíveis perdas. Durante o exercício de 2015, a Companhia efetuou análise e conciliação das contas de depósitos judiciais e provisão de férias, efetuando ajustes em suas demonstrações financeiras, recebeu e baixou, substancialmente, os créditos vencidos há mais de um ano, motivo pelo qual excluimos as referidas ressalvas e o parágrafo de ênfase do nosso relatório.

Salvador, 19 de fevereiro de 2016.



AUDICONT

AUDICONT - AUDITORES E CONSULTORES
CRC/BA - Nº 0568

ALEXANDRE LOMANTO MAIMONE NETO
CONTADOR - CRC/BA Nº 17.549